

# **AS PRÁTICAS DE GESTÃO ESCOLAR EM CONTEXTOS RIBEIRINHOS: DESAFIOS E ESTRATÉGIAS DE SUPERAÇÃO NAS ESCOLAS DAS ILHAS SUL – BELÉM/PA**

**JORGE ANTONIO LIMA DE JESUS**

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA - UFRA

pedagogojorgelima@gmail.com

**JOSÉ CARLOS MARTINS CARDOSO**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ - UFPA

josecarlos@ufpa.br

## **INTRODUÇÃO**

A educação desenvolvida em contextos ribeirinhos constitui uma realidade singular na Região Norte do Brasil, marcada por especificidades sociais, culturais, geográficas e econômicas que influenciam diretamente a organização da vida cotidiana das populações que vivem às margens de rios e igarapés. Nessas comunidades, os modos de vida estão profundamente relacionados ao ambiente natural, refletindo-se nas práticas culturais, na organização do trabalho, na alimentação e, principalmente, nos meios de transporte, predominantemente fluviais. Essas características configuram um cenário educacional que exige políticas públicas e práticas de gestão escolar sensíveis às realidades locais (Arroyo, 2012; Hage, 2011).

No contexto amazônico, especialmente nas áreas ribeirinhas de Belém do Pará, as escolas enfrentam desafios relacionados ao isolamento territorial, às dificuldades de acesso e à insuficiência de políticas públicas adequadas às especificidades dessas localidades. As escolas situadas nas Ilhas Sul convivem cotidianamente com fatores como a dinâmica das marés, a sazonalidade das chuvas e a dependência do transporte fluvial, elementos que impactam diretamente a organização do calendário escolar, a frequência dos estudantes e o funcionamento das instituições de ensino.

Diante desse cenário, o gestor escolar assume um papel multifacetado, que ultrapassa as atribuições administrativas tradicionais. Além de coordenar as atividades pedagógicas e administrativas, o gestor atua como mediador entre a comunidade e o sistema educacional, articulando ações que garantam o acesso, a permanência e a qualidade da educação ofertada. Nesse sentido, a escola ribeirinha não se configura

apenas como espaço de escolarização formal, mas também como um lugar de valorização dos saberes tradicionais e de fortalecimento da identidade cultural das comunidades.

Conforme destaca Freire (1996), a educação precisa dialogar com a realidade concreta dos sujeitos, reconhecendo seus saberes e experiências como elementos fundamentais do processo educativo. Assim, pensar a gestão escolar em territórios ribeirinhos implica compreender as dificuldades estruturais enfrentadas pelas escolas, bem como identificar as estratégias construídas coletivamente para superar tais desafios.

Diante dessas premissas, este estudo tem como objetivo analisar o funcionamento da gestão escolar em escolas ribeirinhas da Rede Municipal de Ensino de Belém, localizadas na região das Ilhas Sul. A investigação considera as percepções de gestores de cinco unidades escolares: EMEC Milton Monte, EMEC São José, EMEC Anexo Nossa Senhora de Navegantes, EMEIF Sebastião Quaresma e EMEIF Santo Antônio. Busca-se identificar os principais desafios enfrentados e as estratégias adotadas para a superação dessas dificuldades, considerando as especificidades geográficas, sociais e culturais do território e os princípios da gestão democrática na Educação do Campo, das Águas e da Floresta.

## **DESENVOLVIMENTO**

A análise das práticas de gestão escolar em contextos ribeirinhos foi fundamentada em contribuições teóricas de autores como Molina (2019), Caldart (2019), Paro (2012) e Libâneo (2013), cujas reflexões evidenciam que a Educação do Campo ultrapassa a dimensão geográfica, constituindo-se como um projeto político-pedagógico comprometido com a valorização dos sujeitos e de seus modos de vida.

Nesse sentido, a gestão escolar em territórios ribeirinhos deve considerar as especificidades socioculturais e territoriais das comunidades, promovendo práticas educativas contextualizadas e participativas. A partir da análise das narrativas dos gestores participantes do estudo, foram identificadas três categorias principais de análise: *desafios da gestão ribeirinha*, *estratégias democráticas de participação comunitária* e *compromisso político com políticas públicas educacionais*.

Entre os desafios mais recorrentes, destaca-se a questão da localização geográfica das escolas, caracterizada pelo isolamento territorial e pela dependência do transporte fluvial. Essa condição interfere diretamente no acesso e na permanência dos estudantes

na escola, além de impactar o deslocamento de professores e demais profissionais da educação. Conforme aponta Santos (2014), a precariedade do transporte escolar constitui um dos principais obstáculos à garantia do direito à educação nas áreas ribeirinhas de Belém. Embora a Constituição Federal de 1988 estabeleça, em seu artigo 208, que é dever do Estado assegurar o acesso e a permanência dos estudantes na escola, na prática ainda existem lacunas significativas na implementação de políticas públicas capazes de atender às demandas específicas das comunidades ribeirinhas.

Outro aspecto relevante identificado na pesquisa refere-se às estratégias adotadas pelas equipes gestoras para enfrentar essas dificuldades. Entre elas, destaca-se a flexibilização curricular e organizacional, buscando adaptar o processo educativo às condições territoriais e socioculturais dos estudantes. Essas práticas dialogam com as reflexões de Hage (2011), que destaca a necessidade de soluções pedagógicas próprias para as escolas amazônicas, especialmente aquelas organizadas em classes multisseriadas.

Nesse contexto, as equipes gestoras desenvolvem ações que valorizam os saberes locais e as experiências dos estudantes, incorporando elementos da cultura ribeirinha ao currículo escolar. Tal perspectiva também é defendida por Arroyo (2011), ao enfatizar a importância de reconhecer o território e a identidade cultural dos sujeitos na construção das políticas educacionais voltadas à Educação do Campo.

A participação da comunidade escolar constitui outro elemento central nas práticas de gestão observadas. Pais, responsáveis, estudantes, barqueiros e lideranças comunitárias participam de diferentes momentos de planejamento e avaliação das atividades escolares, fortalecendo o caráter democrático da gestão. O Projeto Político-Pedagógico (PPP) assume, nesse processo, um papel orientador das ações educativas, articulando planejamento pedagógico, participação coletiva e compromisso social, conforme destaca Libâneo (2012).

Entre as iniciativas voltadas à aproximação entre escola e comunidade, destaca-se a realização de reuniões periódicas com as famílias, denominadas conselhos de ciclo, voltadas ao acompanhamento do desenvolvimento dos estudantes e à avaliação das ações pedagógicas. Além disso, as escolas promovem atividades culturais, feiras pedagógicas e eventos comunitários que fortalecem os vínculos entre a instituição escolar e o território.

Outro aspecto importante identificado nas narrativas dos gestores refere-se à realização de ações de busca ativa de estudantes que apresentam baixa frequência ou risco de evasão escolar. Essas atividades são frequentemente realizadas com o apoio de barqueiros, assistentes escolares e lideranças comunitárias, demonstrando o papel fundamental da colaboração entre escola e comunidade para garantir o direito à educação.

Tais práticas dialogam diretamente com os princípios defendidos por Freire (1996), ao enfatizar que a prática educativa deve se fundamentar no diálogo, no respeito aos saberes dos educandos e na construção coletiva do conhecimento. Nessa perspectiva, a gestão escolar assume um caráter político e pedagógico, comprometido com a transformação social e com a valorização das identidades culturais.

Entretanto, os gestores também apontam a necessidade de avanços nas políticas públicas voltadas à Educação do Campo e às escolas ribeirinhas. Entre as principais reivindicações destacam-se a implementação de financiamento educacional diferenciado, a descentralização de recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE Campo), a melhoria do transporte escolar fluvial e a criação de concursos públicos específicos para atuação em áreas ribeirinhas.

Além disso, destaca-se a necessidade de políticas voltadas à valorização profissional dos educadores que atuam nesses territórios, bem como à redução da rotatividade de professores, fator que impacta diretamente a continuidade dos projetos pedagógicos desenvolvidos nas escolas. Essas demandas dialogam com as análises de Molina e Jesus (2004) e Hage (2011), que ressaltam a importância de políticas educacionais que considerem as particularidades territoriais e socioculturais das populações do campo e da floresta. A ausência de políticas estruturantes adequadas contribui para a manutenção das desigualdades educacionais historicamente presentes nesses territórios.

## **CONCLUSÕES**

Os resultados do estudo evidenciam que a gestão escolar nas escolas ribeirinhas das Ilhas Sul enfrenta desafios significativos relacionados às condições geográficas, às limitações de infraestrutura e à insuficiência de políticas públicas específicas para esses territórios. A dependência do transporte fluvial, a distância dos centros urbanos e a precariedade de recursos materiais impactam diretamente o funcionamento das escolas e

o desenvolvimento das atividades pedagógicas. Apesar dessas dificuldades, observa-se que os gestores desenvolvem estratégias de superação baseadas na participação da comunidade, na flexibilização das práticas pedagógicas e na valorização dos saberes locais, reforçando o caráter coletivo e participativo da gestão escolar nesses contextos.

Nesse cenário, a aproximação entre escola e comunidade revela-se fundamental para o fortalecimento das práticas educativas e para a construção de estratégias que atendam às necessidades das populações ribeirinhas. A participação das famílias e das lideranças comunitárias nos processos de planejamento e avaliação contribui para uma gestão democrática e contextualizada. Entretanto, a consolidação de uma Educação do Campo de qualidade depende do fortalecimento de políticas públicas estruturantes, que considerem as especificidades territoriais dessas comunidades, incluindo financiamento adequado, melhoria do transporte escolar, valorização dos profissionais da educação e ações intersetoriais que promovam o desenvolvimento social e educacional das populações ribeirinhas.

## **REFERÊNCIAS**

ARROYO, Miguel G. **Currículo, território em disputa**. Petrópolis: Vozes, 2011.

ARROYO, Miguel G. **Outros sujeitos, outras pedagogias**. Petrópolis: Vozes, 2012.

BRASIL. **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009**. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília: MEC/CNE, 2009.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

CALDART, Roseli Salete. **Educação do campo**. In: CALDART, Roseli Salete et al. (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012.

CALDART, Roseli Salete. **Educação do campo: notas para uma análise de percurso**. In: MOLINA, Mônica Castagna; MARTINS, Aracy Alves (org.). **Educação do campo e pesquisa: questões para reflexão**. Brasília: MDA, 2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

HAGE, Salomão Antônio Mufarrej. **Educação do campo na Amazônia: retratos de realidades das escolas multisseriadas no Pará.** Belém: UFPA, 2011.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática.** 6. ed. São Paulo: Heccus, 2013.

MOLINA, Mônica Castagna. **Educação do campo: políticas públicas e estratégias de resistência.** Brasília: Universidade de Brasília, 2019.

MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sonia Meire Santos Azevedo de (org.). **Contribuições para a construção de um projeto de educação do campo.** Brasília: Articulação Nacional Por Uma Educação do Campo, 2004.

NEVES, Delma Pessanha. **Comunidades ribeirinhas: modos de vida e organização social na Amazônia.** Belém: UFPA, 2009.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública.** São Paulo: Cortez, 2012.

SANTOS, Tânia Suely Azevedo Brasileiro dos. **Educação ribeirinha em Belém: políticas educacionais e desafios das escolas das ilhas.** Belém: UFPA, 2014.